

ARTIGO

ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS REFUGIADOS VENEZUELANOS NA ESCOLA TREZE DE SETEMBRO

<https://dx.doi.org/10.59068/24476137escolarizacaodejovensrefugiados>

Imagem gerada usando o prompt "Uma imagem de sala de aula de uma escola pública brasileira", por Gemini, 2025

Sandra Milena Palomino Ortiz
sandra.palomino@ifrr.edu.br

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Letras pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). Membro dos grupos de pesquisa Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Identidade, Juventude, Subjetividade, Representações Sociais e Educação (GEPEJURSE-UFPA) e Fronteiras e Alteridades (UFRR). Professora de Espanhol do Instituto Federal de Roraima, campus Bonfim.

Escolarização de Jovens Refugiados Venezuelanos na Escola Treze de setembro

Schooling of Young Venezuelan Refugees at Treze de Setembro School

Escolarización de Jóvenes Refugiados Venezolanos en la Escuela Treze de Setembro

Resumo

Este artigo apresenta uma análise das representações sociais de jovens refugiados venezuelanos sobre seus processos de escolarização na Escola Estadual Treze de Setembro, em Boa Vista-RR. Com base na Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 2003; Jodelet, 2005), a investigação de abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, contou com a participação de 31 estudantes refugiados, com idades entre 15 e 18 anos, matriculados no Ensino Médio. Os dados foram obtidos por meio de questionários e grupos focais. Os resultados evidenciam sentimentos ambivalentes, nos quais a gratidão pelo acesso à educação convive com desafios linguísticos, culturais e emocionais. As barreiras com a língua portuguesa, episódios de discriminação e as dificuldades de adaptação cultural emergem como aspectos centrais. O estudo destaca a urgência de políticas públicas voltadas à formação docente para a mediação intercultural e a implementação de ações pedagógicas que reconheçam a singularidade das juventudes refugiadas.

Palavras-chave: Representações sociais. Refugiados. Escolarização. Juventudes. Migração forçada.

Abstract

This article presents an analysis of the social representations of young Venezuelan refugees regarding their schooling processes at Treze de Setembro State School in Boa Vista-RR, Brazil. Grounded in the Theory of Social Representations (Moscovici, 2003; Jodelet, 2005), the research adopted a qualitative, case study approach, involving 31 refugee students aged 15 to 18 enrolled in high school. Data collection included questionnaires and focus groups. The findings reveal ambivalent feelings, where gratitude for access to education coexists with linguistic, cultural, and emotional challenges. Portuguese language barriers, episodes of discrimination, and cultural adaptation difficulties emerge as key aspects. The study underscores the urgency of public policies aimed at teacher training for intercultural mediation and the implementation of pedagogical actions that recognize the uniqueness of refugee youth.

Key-words: Social Representations. Refugees. Schooling. Youth. Forced Migration.

Resumen

Este artículo presenta un análisis de las representaciones sociales de jóvenes refugiados venezolanos sobre sus procesos de escolarización en la Escuela Estatal Treze de Setembro, en Boa Vista-RR, Brasil. Basado en la Teoría de las Representaciones Sociales (Moscovici, 2003; Jodelet, 2005), la investigación adoptó un enfoque cualitativo, tipo estudio de caso, con la participación de 31 estudiantes refugiados de entre 15 y 18 años, matriculados en la enseñanza secundaria. La recolección de datos incluyó cuestionarios y grupos focales. Los resultados evidencian sentimientos ambivalentes, donde la gratitud por el acceso a la educación convive con desafíos lingüísticos, culturales y emocionales. Las barreras con el idioma portugués, episodios de discriminación y las dificultades de adaptación cultural emergen como aspectos centrales. El estudio destaca la urgencia de políticas públicas dirigidas a la formación docente para la mediación intercultural y la implementación de acciones pedagógicas que reconozcan la singularidad de las juventudes refugiadas.

Palabras-clave: Representaciones sociales. Refugiados. Escolarización. Juventudes. Migración forzada.

Introdução

Nas últimas décadas, o Brasil tem testemunhado um expressivo aumento nos fluxos migratórios internacionais, especialmente em razão de crises humanitárias, políticas e econômicas que assolam países vizinhos da América do Sul, como a Venezuela. A partir de 2015, a intensificação da migração forçada de cidadãos venezuelanos para o Brasil tornou-se um fenômeno de relevância nacional, provocando impactos significativos nas políticas públicas e nas dinâmicas sociais das regiões de acolhimento, com destaque para o estado de Roraima (Silva, 2020; ACNUR, 2022).

Boa Vista, capital de Roraima, tornou-se o principal destino para milhares de refugiados venezuelanos em busca de proteção internacional e melhores condições de vida. Dados do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) e da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) indicam que, entre 2015 e 2023, mais de 100 mil venezuelanos passaram a residir no estado, muitos deles em situação de extrema vulnerabilidade social (Brasil, 2019; ACNUR, 2022).

Nesse contexto, as escolas públicas estaduais de Boa Vista, como a Escola Estadual Treze de Setembro, foram diretamente afetadas por esse processo migratório. O aumento expressivo no número de matrículas de estudantes refugiados gerou desafios inéditos para a gestão escolar, os professores e os próprios estudantes brasileiros. Entre as principais dificuldades destacam-se as barreiras linguísticas, as tensões culturais, os episódios de discriminação e a necessidade urgente de políticas pedagógicas voltadas à inclusão (Gritti, 2017; Nascimento, 2013).

A experiência de escolarização desses jovens refugiados é atravessada por processos complexos de desterritorialização e reterritorialização identitária (Deleuze & Guattari, 1997; Hall, 2001). Deixar seu país de origem, sua língua, seus vínculos sociais e culturais, e ser inserido em um sistema escolar estrangeiro, envolve não apenas uma adaptação curricular, mas, sobretudo, uma reconfiguração de sentidos e significados sobre si mesmos, sobre a escola e sobre o futuro.

Para compreender essas dinâmicas subjetivas e socioculturais, este estudo adota como referencial teórico a Teoria das Representações Sociais (TRS), formulada por Moscovici (1978, 2003) e ampliada por autores como Jodelet (2005, 2011) e Jovchelovitch (2008). A TRS permite analisar como esses jovens constroem, compartilham e ressignificam suas experiências escolares no Brasil, revelando os processos de ancoragem e objetivação que estruturam suas percepções sobre a escolarização.

Além da abordagem teórica das representações sociais, esta pesquisa dialoga com o campo dos estudos sobre educação inclusiva em contextos de migração forçada (Silva, 2020; Gritti, 2017), incorporando também reflexões sobre políticas educacionais, identidade cultural e os direitos humanos no contexto da educação pública brasileira.

Ao delimitar o foco na Escola Estadual Treze de Setembro, a presente investigação busca contribuir com a produção de conhecimento sobre as experiências escolares de jovens refugiados em contextos de acolhimento emergencial, propondo análises que subsidiem práticas pedagógicas mais sensíveis, inclusivas e interculturais.

Por meio de uma abordagem qualitativa, com método de estudo de caso, este artigo pretende compreender as representações sociais que esses jovens constroem sobre sua trajetória escolar em Boa Vista-RR, bem como as implicações dessas representações em seus processos de pertencimento e construção identitária.

Assim, este trabalho busca responder à seguinte questão central: Quais são as representações sociais de jovens refugiados venezuelanos sobre seus processos de escolarização na Escola Estadual Treze de Setembro e quais são as implicações identitárias e culturais decorrentes dessa experiência?

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo central analisar as representações sociais de jovens refugiados venezuelanos acerca dos seus processos de escolarização na Escola Estadual Treze de Setembro, bem como refletir sobre as implicações identitárias e culturais decorrentes dessa experiência. Como objetivos específicos, buscou-se: caracterizar o perfil sociodemográfico dos estudantes; identificar os principais desafios enfrentados na trajetória escolar; compreender as estratégias de enfrentamento desenvolvidas; analisar as representações construídas sobre a escola, os professores e os colegas; e, por fim, discutir as implicações dessas representações na construção de suas identidades culturais.

Método

A escolha metodológica que orientou este estudo foi de natureza qualitativa, com delineamento de estudo de caso, conforme proposto por Yin (2001). Essa abordagem mostrou-se a mais adequada para apreender a complexidade das experiências vividas pelos jovens refugiados no ambiente escolar, considerando as especificidades do contexto sociocultural e educativo da Escola Estadual Treze de Setembro. A metodologia qualitativa permitiu captar os significados atribuídos pelos sujeitos à sua trajetória escolar, privilegiando a escuta sensível e a valorização das narrativas individuais e coletivas.

Os procedimentos de coleta de dados envolveram a aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas, bem como a realização de grupos focais com 31 estudantes refugiados venezuelanos com idades entre 15 e 18 anos, todos matriculados no Ensino Médio. Além disso, foram realizadas conversas informais com professores e membros da equipe gestora da escola, o que proporcionou uma compreensão mais aprofundada do cotidiano escolar desses jovens. O tratamento dos dados foi orientado pela análise temática, segundo os princípios metodológicos de Braun e Clarke (2006), o que possibilitou a identificação de categorias significativas emergentes das falas dos participantes.

O processo analítico, segundo Braun e Clarke (2006), desenvolve-se na busca de temáticas centrais que representam as imagens ideativas sobre o objeto social e comparecem no discurso de sujeitos pertencentes a grupos em investigação. Nesse sentido, realiza-se o registro dos discursos seguido da leitura em busca das temáticas centralizadoras e respectivos sentidos atribuídos a cada uma delas.

Para tanto, após o registro das informações, colhidas junto aos participantes da investigação em tela, realizou-se os agrupamentos destas pelas unidades semânticas (objetivações e ancoragens), seguida da elaboração de respectivas temáticas que representam a ideia central de cada agrupamento

A partir das objetivações como “adaptação ao contexto brasileiro”, “adaptação ao processo de escolarização”, “adaptação à cultura”, “adaptação à convivência e socialização” e “estabilidade emocional”, identificou-se que os/as jovens alunos/as refugiados/as constroem significados que revelam tensões entre a preservação das suas culturas de origem e a necessidade de adaptação ao novo contexto brasileiro.

As ancoragens observadas – como o aprendizado dos símbolos nacionais, as condições de moradia, as festividades escolares, as barreiras linguísticas, os sentimentos de saudade, ansiedade e resistência – evidenciam que a escolarização não se dá de forma linear ou uniforme. Ao contrário, a escolarização é vivenciada por esses/as jovens alunos/as refugiados/as de maneira fragmentada, ‘atravessada’ por conflitos subjetivos e a escola é representada por esses/as jovens alunos/as simultaneamente, como espaço de oportunidades e de desafios, contudo, essa escola é marcada por práticas ainda insuficientes para acolher, de forma efetiva e intercultural, as singularidades dos/as sujeitos/as em situação de refúgio.

Ao realizar essa investigação, pretende-se não apenas contribuir para o campo acadêmico da Educação e das Ciências Sociais, mas também oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas e práticas pedagógicas que promovam a inclusão e o reconhecimento da diversidade cultural nas escolas brasileiras.

Fundamentação Teórica

A compreensão dos processos de escolarização vivenciados por jovens refugiados exige uma abordagem que articule dimensões psicossociais, culturais e educacionais. Nesse sentido, a Teoria das Representações Sociais (TRS), formulada por Moscovici (1978, 2003), oferece um referencial conceitual robusto para a análise das construções simbólicas que orientam as percepções e as práticas desses sujeitos no espaço escolar.

Para Moscovici (2003), as representações sociais constituem formas de saber socialmente construídas, compartilhadas e mobilizadas pelos indivíduos em seu cotidiano. Elas exercem um papel estruturante na interpretação da realidade, funcionando como sistemas de referência que orientam comportamentos e relações sociais. Jodelet (2005), ao aprofundar os estudos sobre a TRS, enfatiza que tais representações são historicamente situadas e resultam de processos de comunicação e interação social, expressando as ancoragens culturais e as objetivações que os sujeitos realizam para dar sentido às suas experiências.

No campo educacional, a TRS permite analisar como os jovens refugiados elaboram significados sobre a escola, os professores, os colegas e os processos de aprendizagem, à luz de suas vivências migratórias e de sua bagagem cultural. Como destaca Jovchelovitch (2008), as representações sociais são atravessadas por relações de poder e por contextos de desigualdade, o que é particularmente relevante quando se trata de populações em situação de refúgio.

A condição de refugiado, conforme define o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), caracteriza-se por um deslocamento forçado em decorrência de perseguições, conflitos armados, violência generalizada ou violações de direitos humanos (ACNUR, 2022). No caso dos jovens venezuelanos em Boa Vista-RR, a migração forçada provocou um processo profundo de desterritorialização, entendido como a ruptura de vínculos sociais, culturais e afetivos com o país de origem. Para Deleuze e Guattari (1997), a desterritorialização implica não apenas deslocamentos físicos, mas também simbólicos, exigindo dos sujeitos um esforço de reconstrução identitária no novo território.

Esse processo de reterritorialização, por sua vez, envolve a reelaboração de vínculos e a construção de novas formas de pertencimento, muitas vezes mediadas pela escola. Conforme Hall (2001), as identidades em contextos pós-modernos e migratórios são híbridas, inacabadas e sujeitas a constantes deslocamentos e reelaborações. No caso dos jovens refugiados, as experiências escolares configuram-se como espaços fundamentais para essa reconstrução identitária, embora permeadas por tensões entre a cultura de origem e a cultura do país de acolhimento.

A escolarização, nesse contexto, não se limita ao acesso formal ao ensino, mas envolve a construção de sentidos sobre o aprender, o pertencer e o ser reconhecido no novo espaço social. Gritti (2017) e Silva (2020) apontam que as escolas que recebem alunos refugiados enfrentam desafios relacionados ao preparo dos docentes, à ausência de políticas públicas específicas e à reprodução de práticas excludentes que desconsideram a diversidade linguística e cultural dos estudantes.

Dessa forma, compreender as representações sociais de jovens refugiados sobre seus processos de escolarização demanda não apenas uma análise psicossocial, mas também uma leitura crítica das condições institucionais, culturais e políticas que permeiam o acolhimento escolar desses sujeitos. Essa perspectiva amplia a compreensão sobre as barreiras e os potenciais que o contexto escolar oferece para a construção de identidades mais plurais, inclusivas e socialmente reconhecidas.

Resultados e Discussão

A análise dos dados coletados na Escola Estadual Treze de Setembro evidencia a complexidade das experiências escolares vivenciadas pelos jovens refugiados venezuelanos, cujas representações sociais revelam ambivalências, tensões e estratégias de ressignificação identitária. Em ordem gradativa os educandos apresentam mais dificuldades nas seguintes disciplinas: Língua Portuguesa, Matemática, Física, Química, Biologia, História, Geografia, Espanhol, Filosofia e Sociologia.

No contexto em que esses/as alunos/as vivem, a socialização revela-se como um espaço ambíguo, marcado pela coexistência entre a formalidade das interações e a persistência de barreiras sociais invisíveis. Embora os/as jovens alunos/as refugiados/as compartilhem espaços físicos com os/as colegas brasileiros/as nas atividades escolares, a construção de vínculos afetivos permanece restrita, em grande parte, ao grupo venezuelano. Esse fenômeno de segregação tácita pode ser interpretado como uma estratégia de autoproteção, onde os/as jovens alunos/as refugiados/as buscam em seus pares um sentido de pertencimento e segurança, e, portanto, reproduzem, as dinâmicas de convivência de suas comunidades de origem.

Perfil Sociodemográfico e Condições de Vida

Conforme o PPP da escola, em 2023, 80% (oitenta por cento) dos alunos atendidos na escola Treze de setembro eram estrangeiros (venezuelanos) provenientes de famílias em condições socioeconômicas diversificadas.

O perfil dos participantes aponta uma predominância de adolescentes entre 15 e 18 anos, com concentração significativa de estudantes que residem em Boa Vista há três a cinco anos. A trajetória migratória desses jovens evidencia um processo de estabilização progressiva. Destaca-se que apenas sete alunos ainda residiam em abrigos temporários no momento da pesquisa, enquanto os demais já haviam migrado para outras formas de moradia, como aluguel social ou coabitação com familiares e conhecidos.

Essa transição espacial, da condição de abrigo para a inserção em bairros urbanos, pode ser interpretada como uma etapa do processo de reterritorialização (Deleuze & Guattari, 1997), na qual os jovens e suas famílias buscam recriar vínculos territoriais e sociais na cidade de acolhimento. Esse movimento de fixação territorial revela não apenas um deslocamento físico, mas também um esforço de reorganização simbólica da vida cotidiana, com implicações diretas na forma como os estudantes se posicionam no ambiente escolar.

Segundo Hall (2001), as identidades contemporâneas, especialmente em contextos migratórios, são marcadas por deslocamentos contínuos e pela necessidade de negociar múltiplas pertenças culturais. No caso dos alunos da Escola Treze de setembro, os dados sugerem um movimento de reconstrução identitária atravessado por vulnerabilidades socioeconômicas, mas também por estratégias de adaptação ao novo território.

Barreiras Linguísticas e Processos de Ancoragem Cultural

Língua portuguesa desponta como uma das barreiras mais significativas ao processo de inclusão escolar. Onze alunos relataram enfrentar dificuldades com o idioma, o que afeta diretamente a compreensão dos conteúdos escolares, a participação em sala de aula e a interação com os colegas brasileiros. Tal realidade reafirma a centralidade da linguagem como mediadora do processo educativo, conforme destacado por Vygotsky (1998).

Além disso, nove estudantes relataram restringir o uso da língua materna ao ambiente doméstico, evitando falar espanhol na escola por receio de sofrer discriminação ou por desejo de acelerar o processo de assimilação linguística. Esse comportamento pode ser compreendido à luz do conceito de autorregulação identitária, no qual os sujeitos fazem escolhas linguísticas estratégicas para minimizar conflitos sociais e ampliar suas oportunidades de integração (Gritti, 2017).

Do ponto de vista das representações sociais, evidencia-se um processo de ancoragem (Moscovici, 2003), em que os estudantes tentam integrar as novas referências culturais e linguísticas, ao mesmo tempo em que buscam preservar aspectos de sua identidade de origem. Essa negociação constante de códigos culturais reflete as tensões entre o desejo de pertencimento ao novo contexto e a necessidade de manutenção de vínculos com a cultura venezuelana.

Experiências de Discriminação e Representações sobre o Ambiente Escolar

A vivência de situações discriminatórias foi relatada por 23,3% dos estudantes, sendo a maioria das ocorrências atribuída a atitudes de colegas brasileiros. Essa situação era recorrente no início da migração, em uma pesquisa anterior (Palomino, 2020) na escola pública estadual do ensino fundamental anos finais, relata manifestações de alunos migrantes vítimas de bullying, e o texto traz algumas recomendações de inclusão desses alunos no ambiente escolar brasileiro.

Esses relatos revelam a persistência de estigmas associados à condição de migrante e à nacionalidade venezuelana, frequentemente reforçados por representações sociais negativas construídas no imaginário coletivo (Jodelet, 2005).

De acordo com Jovchelovitch (2008), as representações sociais cumprem uma função reguladora das interações sociais, demarcando fronteiras entre grupos e estabelecendo hierarquias de valor. No contexto da escola, essas representações podem se materializar em práticas excludentes e em barreiras invisíveis ao pleno desenvolvimento dos estudantes refugiados.

Contudo, é importante destacar que a maioria dos estudantes (16) declarou não enfrentar dificuldades de integração, o que revela uma coexistência de experiências positivas e negativas, demonstrando que a escola, apesar dos desafios, também se constitui como um espaço de acolhimento e de construção de novos laços sociais. Essa ambivalência é característica dos processos de adaptação em contextos de mobilidade humana (Silva, 2020).

Estratégias de Enfrentamento e Resiliência

Diante das adversidades, os estudantes venezuelanos demonstram notável capacidade de enfrentamento e resiliência psicossocial. Aproximadamente 90% dos participantes declararam recorrer aos professores em situações de dificuldade, evidenciando a importância das relações pedagógicas no processo de integração escolar. Essa busca ativa por apoio docente indica que os professores são percebidos como figuras de referência e proteção, o que reforça o papel da escola como mediadora das experiências migratórias (Nascimento, 2013).

Além disso, a participação em atividades extracurriculares, como esportes, reforço escolar e cursos de informática, tem se configurado como uma estratégia relevante para ampliar as redes de apoio social e fortalecer o sentimento de pertencimento. Segundo Ungar (2011), a resiliência em contextos de risco social está fortemente associada ao acesso a redes protetoras e a ambientes que favoreçam o desenvolvimento de competências socioemocionais.

Esses resultados corroboram a literatura que aponta a escola como um dos principais espaços de proteção social para crianças e adolescentes em situação de refúgio, desde que sejam implementadas políticas e práticas pedagógicas interculturais e inclusivas (Gritti, 2017; Silva, 2020).

De acordo com o PPP, a Escola Estadual 13 de Setembro promove a integração entre a comunidade e a escola por meio de diversas atividades, como reuniões, feiras de ciências e eventos extraclasse. Com parcerias de instituições como o UNICEF e universidades, a escola oferece noites e fins de semana a prática de esportes como futsal e artes marciais, além de aulas de musicalização. O objetivo principal é promover a socialização, combater o bullying e estimular o desenvolvimento cognitivo e a autoestima de crianças, adolescentes e jovens.

Sentidos de Pertencimento e Reconfiguração Identitária

Os sentimentos de saudade expressos pelos estudantes — sobretudo em relação à família, à casa e à cultura de origem — refletem o impacto emocional da desterritorialização (Deleuze & Guattari, 1997). As perdas materiais e simbólicas que acompanham o deslocamento forçado contribuem para a formação de representações sociais permeadas por nostalgia, idealização e, em alguns casos, sofrimento psíquico.

Por outro lado, a percepção de melhoria nas condições de vida após a migração, apontada por 85% dos participantes, sinaliza um processo de ressignificação positiva da experiência migratória. Tal movimento denota a capacidade desses jovens de construir novas narrativas identitárias, nas quais a escola desempenha papel central como espaço de mediação cultural e de reconstrução de projetos de vida (Hall, 2001).

Sob a ótica da TRS, as representações sociais elaboradas pelos estudantes sobre a escola e sobre o Brasil são marcadas por ambivalências: ora percebidas como espaços de acolhimento e oportunidade, ora como lugares de desafio e conflito. Essa complexidade aponta para a necessidade de políticas educacionais que reconheçam as singularidades desses sujeitos e que promovam práticas pedagógicas capazes de valorizar a diversidade cultural e linguística no ambiente escolar.

Considerações Finais

Os resultados da presente investigação evidenciam que a escolarização de jovens refugiados venezuelanos na Escola Estadual Treze de Setembro é atravessada por um conjunto de experiências complexas, marcadas por processos de adaptação, tensões culturais, barreiras linguísticas e estratégias de resiliência. As representações sociais construídas por esses estudantes sobre a escola, os professores e os colegas revelam um campo de significados ambivalentes, no qual sentimentos de acolhimento e pertencimento coexistem com percepções de exclusão e discriminação.

A partir da Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 2003; Jodelet, 2005), foi possível identificar que esses jovens elaboram compreensões multifacetadas de seu processo educativo, atribuindo significados que vão além da dimensão acadêmica. A escola emerge como espaço de reconstrução identitária, de negociação de sentidos e de ressignificação das vivências migratórias. As categorias de ancoragem e objetivação permitiram interpretar como os estudantes integram novas referências culturais, ao mesmo tempo em que preservam aspectos fundamentais de suas identidades de origem.

A análise dos dados reforça a necessidade de políticas públicas mais efetivas no campo da educação para refugiados. É fundamental que as escolas brasileiras, especialmente aquelas situadas em zonas de acolhimento emergencial como Boa Vista-RR, implementem programas de formação docente voltados à mediação intercultural, ao ensino de português como segunda língua e ao desenvolvimento de práticas pedagógicas sensíveis às especificidades culturais e linguísticas desses estudantes (Nascimento, 2013; Gritti, 2017).

Além disso, destaca-se a importância de ações institucionais para o enfrentamento da discriminação, como a promoção de projetos de convivência intercultural, rodas de conversa e espaços de escuta qualificada. Essas iniciativas podem contribuir para a construção de uma cultura escolar mais inclusiva e democrática, capaz de reconhecer e valorizar a diversidade que compõe o ambiente educacional brasileiro.

Do ponto de vista acadêmico, a pesquisa reforça o potencial analítico da Teoria das Representações Sociais para a compreensão das experiências de escolarização em contextos de migração forçada, oferecendo subsídios teóricos para futuras investigações. Como limitações do estudo, reconhece-se o recorte espacial e amostral restrito a uma única escola, o que aponta para a necessidade de estudos comparativos em diferentes realidades escolares, bem como de pesquisas longitudinais que acompanhem os processos de adaptação desses jovens ao longo do tempo.

Por fim, reafirma-se que a escolarização de estudantes refugiados representa não apenas um desafio pedagógico, mas uma responsabilidade ética, social e política. Garantir o direito à educação em contextos de refúgio significa também afirmar o direito à dignidade, à identidade e à cidadania plena desses sujeitos em mobilidade.

Referências

- ACNUR. (2022). *O ACNUR antes e depois da Operação Acolhida: uma análise à luz da resposta humanitária brasileira*. Brasília: ACNUR. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2022/06/ACNUR-Brasil-Antes_e_depois_da_Operacao_Acolhida-1.pdf
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1997). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34.
- Gritti, S. M. (2017). Migração, refúgio e educação: desafios para a inclusão escolar. *Educação & Sociedade*, 38(141), 1107-1124.
- Hall, S. (2001). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Jodelet, D. (2005). *Loucuras e representações sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Jodelet, D. (2001). As representações sociais. Rio de Janeiro: Eduerj.
- Jovchelovitch, S. (2008). *Representações sociais e polifasia cognitiva: notas sobre a pluralidade e sabedoria da razão*. *Psicologia & Sociedade*, 20(1), 28-34.
- Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Nascimento, I. P. (2013). *Educação intercultural e formação de professores: um estudo sobre o ensino da cultura no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- Palomino, Sandra M. *Recomendações de integração no ambiente escolar das crianças imigrantes em Boa Vista-RR*. In: SENHORAS, Cândida (org.). *Políticas Públicas: Agendas em tempos de crise. Coleção: Comunicação e Políticas Públicas*, v. 66. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020
- Silva, G. J. (2020). Migração venezuelana e o desafio da escolarização: a experiência de Roraima. *Educar em Revista*, 36, 1-20.
- Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos* (2ª ed.). Porto Alegre: Bookman.

COMO CITAR ESSE TEXTO

Palomino, S.M. (2026). Escolarização de jovens refugiados venezuelanos da escola Treze de Setembro. *Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia*, v. 12, n.1, 50-67. <https://dx.doi.org/10.59068/24476137escolarizacaodejovensrefugiados>

RECEBIDO EM: 19/06/2025
APROVADO EM: 02/08/25